

# **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2018**

**Termopernambuco S.A.**

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	247.348	282.571
Contas a receber de clientes	<b>5</b>	149.971	302.435
Instrumentos financeiros derivativos	<b>11</b>	15.710	87
Impostos e contribuições a recuperar	<b>6</b>	33.638	40.490
Dividendos e juros sobre capital próprio	<b>8</b>	117.439	105.436
Despesas pagas antecipadamente		13.324	11.209
Outros ativos circulantes		<u>2.587</u>	<u>2.355</u>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>580.017</u></b>	<b><u>744.583</u></b>
<b>Não circulante</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	<b>11</b>	53.022	48.793
Impostos e contribuições a recuperar	<b>6</b>	1.348	100
Impostos e contribuições diferidos	<b>7</b>	88.855	104.535
Depósitos judiciais	<b>14</b>	211	171
Outros ativos não circulantes		416	416
Investimentos		671.199	689.442
Investimentos em coligadas	<b>8</b>	671.199	688.976
Outros investimentos		-	466
Imobilizado	<b>9</b>	870.238	864.448
Intangível		<u>23</u>	<u>23</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b><u>1.685.312</u></b>	<b><u>1.707.928</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>2.265.329</u></b>	<b><u>2.452.511</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	73.397	130.012
Empréstimos e financiamentos	11	45.680	225.106
Debêntures	11	192.443	183.159
Instrumentos financeiros derivativos	11	1.042	1.412
Salários e encargos a pagar		1.577	805
Encargos setoriais	12	4.200	5.284
Impostos e contribuições a recolher	13	18.606	29.024
Dividendos e juros sobre capital próprio	15	15.300	4.747
Outros passivos circulantes		2.849	2.171
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>355.094</b>	<b>581.720</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	220.864	193.465
Debêntures	11	884.323	934.806
Instrumentos financeiros derivativos	11	4.622	-
Encargos setoriais	12	13.110	15.141
Provisões	14	3.018	2.890
Outros passivos não circulantes		638	236
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.126.575</b>	<b>1.146.538</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Capital social		539.570	539.570
Reservas de capital		105.382	105.383
Reservas de lucros		120.979	80.701
Ajuste de avaliação patrimonial		17.729	(1.401)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>783.660</b>	<b>724.253</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.265.329</b>	<b>2.452.511</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<b>Notas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b> (Reclassificado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>16</b>	<b>1.030.053</b>	<b>1.165.234</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(771.994)</b>	<b>(884.344)</b>
Custos com energia elétrica	<b>17</b>	(230.264)	(329.074)
Custos de operação	<b>18</b>	(541.730)	(555.270)
<b>Lucro bruto</b>		<b>258.059</b>	<b>280.890</b>
Outras Receitas/(Despesas) gerais e administrativas	<b>18</b>	(15.767)	(5.652)
Resultado de participações societárias		(4.121)	25.583
Equivalência Patrimonial	<b>8</b>	27.028	56.732
Amortização de mais-valia		(31.149)	(31.149)
<b>Lucro Operacional</b>		<b>238.171</b>	<b>300.821</b>
Receitas Financeiras	<b>19</b>	80.061	79.603
Despesas Financeiras	<b>19</b>	(221.472)	(253.587)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>96.760</b>	<b>126.837</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>7</b>	(24.241)	(32.952)
Corrente		(8.561)	(14.973)
Diferido		(15.680)	(17.979)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>72.519</b>	<b>93.885</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>			
Ordinária		0,13	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>72.519</b>	<b>93.885</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>	<b>19.130</b>	<b>(1.401)</b>
<i>Hedge de fluxo de caixa</i>	19.130	(1.401)
<b>Resultado abrangente</b>	<b>91.649</b>	<b>92.484</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>		
Ordinária	0,17	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes		
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>539.570</b>	<b>44.429</b>	<b>605</b>	<b>2.626</b>	<b>49.286</b>	-	-	-	<b>636.515</b>
Outros resultados abrangentes (nota 15)	-	-	-	-	-	-	(1.401)	-	(1.401)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	93.885	93.885
<b>Destinações do lucro:</b>									
Reserva Legal	-	-	-	4.694	-	-	-	(4.694)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(4.747)	(4.747)
Proposta de Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	14.241	-	(14.241)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	9.854	-	-	(9.854)	-
Reserva de Capital	-	-	60.348	-	-	-	-	(60.348)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>539.570</b>	<b>44.429</b>	<b>60.953</b>	<b>7.320</b>	<b>59.140</b>	<b>14.241</b>	<b>(1.401)</b>	-	<b>724.252</b>
Aprovação de dividendos propostos	-	-	-	-	-	(14.241)	-	-	(14.241)
Outros resultados abrangentes (nota 15)	-	-	-	-	-	-	19.130	-	19.130
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.519	72.519
<b>Destinações do lucro:</b>									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Reserva Legal	-	-	-	3.626	-	-	-	(3.626)	-
Proposta de Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	36.482	-	(36.482)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-	14.411	-	-	(14.411)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>539.570</b>	<b>44.429</b>	<b>60.953</b>	<b>10.946</b>	<b>73.551</b>	<b>36.482</b>	<b>17.729</b>	-	<b>783.660</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b> (Reclassificado)
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro líquido do exercício	<b>72.519</b>	<b>93.885</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>	<b>162.255</b>	<b>219.900</b>
Depreciação e amortização	45.500	45.553
Equivalência patrimonial	(27.028)	(56.732)
Amortização de mais-valia	31.149	31.149
Imposto de renda e contribuição social	24.241	32.952
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais e derivativos	87.703	183.075
Atualização das provisões para contingências	128	995
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(18.540)
Perda/(ganho) na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	562	23
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	1.425
	<b>234.774</b>	<b>313.785</b>
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	152.464	(272.044)
IR e CSLL a recuperar	6.155	(13.601)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	118	(523)
Depósitos judiciais	(40)	34
Despesas pagas antecipadamente	(2.115)	(11.020)
Outros ativos	(233)	(258)
	<b>156.349</b>	<b>(297.412)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(56.615)	14.215
Salários e encargos a pagar	772	115
Encargos de dívidas e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(198.274)	(159.237)
Encargos setoriais	(3.115)	4.447
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(9.230)	(9.496)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(11.465)	(1.476)
Outros passivos	1.081	973
	(276.846)	(150.459)
	<b>114.277</b>	<b>(134.086)</b>
<b>CAIXA ORIUNDO (CONSUMIDO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(51.386)	(58.632)
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	-	43.447
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(51.386)</b>	<b>(15.185)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	224.181	-
Captação de debêntures	300.000	600.000
Recuperação de debêntures	(170.147)	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(433.159)	(424.345)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(18.989)	-
<b>GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(98.114)</b>	<b>175.655</b>
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(35.223)</b>	<b>26.384</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	282.571	256.187
Caixa e equivalentes no final do exercício	247.348	282.571
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(35.223)</b>	<b>26.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
		(Reclassificado)
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	1.355.288	1.496.870
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(193.525)	(293.142)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(36.739)	(35.926)
Matérias-primas consumidas	(362.202)	(420.751)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(129.008)	(86.451)
	<u>(721.474)</u>	<u>(836.270)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>633.814</b>	<b>660.600</b>
Depreciação e amortização	(76.649)	(76.702)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>557.165</b>	<b>583.898</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	81.359	80.845
Resultado de equivalência patrimonial	27.028	56.732
	<u>108.387</u>	<u>137.577</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>665.552</b>	<b>721.475</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	5.490	790
Encargos sociais (exceto INSS)	549	67
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	77
Auxílio alimentação	421	15
Convênio assistencial e outros benefícios	649	250
Despesas com desligamento	160	-
Provisão para férias e 13º salário	1.935	71
Plano de saúde	679	55
Participações nos resultados	542	(20)
Administradores	29	864
(-) Transferência para Ordens	(71)	-
Outros	396	20
Subtotal	<u>10.779</u>	<u>2.189</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS	1.551	358
ICMS	262.975	262.476
PIS/COFINS sobre faturamento	51.884	57.001
Imposto de renda e contribuição social	24.241	32.952
Obrigações intra-setoriais	11.665	13.390
Outros	98	381
Subtotal	<u>352.414</u>	<u>366.557</u>
<b>Financiamentos</b>		
Juros e variações cambiais e monetárias	221.472	253.587
Aluguéis	8.368	5.257
Subtotal	<u>229.840</u>	<u>258.844</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Juros sobre capital próprio	18.000	-
Dividendos distribuídos	-	4.747
Dividendos propostos	36.482	14.242
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	14.411	70.202
Reserva Legal	3.626	4.694
Subtotal	<u>72.519</u>	<u>93.885</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>665.552</b>	<b>721.475</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Termopernambuco S.A. (“Termope” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pela Neoenergia S.A., localizada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos.

#### **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

##### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

##### **2.3. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 21 de Instrumentos Financeiros.

## **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação desta Demonstração financeira, a Administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – vide nota explicativa nº16;
- (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa nº 22;
- (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa nº 14;
- (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa nº 7.

#### **2.5. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

##### **a) Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

###### **(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é a valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

(a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros;

(b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

##### Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

*Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição

*Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018*

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais ao VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e
- ao VJR, e nesta categoria como:
  - mantidos para negociação;
  - instrumentos derivativos de *hedge*; ou
  - designado ao VJR.

### Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

<b>Ativos financeiros ao VJR</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos não foram reconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia deixa de conhecer um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### (iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### (iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

#### Política aplicável após de 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

#### Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*. Qualquer parcela ineficaz de mudanças no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

#### Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

#### **b) Análise do valor de recuperação dos ativos**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

## **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### **d) *Impairment* de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas do ativo que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos os quais apresentaram indicativos de deterioração ou perda ao valor recuperável, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

#### **e) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

## **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

### **f) Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **g) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)**

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 21.

### **h) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

## **TERMOPERNAMBUCO S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

#### **i) Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

#### **j) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

#### **k) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

## **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis**

### **I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)**

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A adoção da norma não gerou impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*)**

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

- Classificação e Mensuração– Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	243
Fundos de Investimentos	VJR	VJR	282.328
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	302.435
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	48.869
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	11
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>633.886</b>
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	130.012
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	419.972
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	1.069.096
Non-deliverable forwards (NDF)	VJORA	VJORA	1.412
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>1.620.492</b>

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48/IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos. A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia.

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

### III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento

### 2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### (i) IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com as IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção das IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Terreno no qual foi construída a Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco S.A.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 11.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Ativos de direito de uso	17.439	-
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	-	17.439

#### (ii) ICPC 22/IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção da norma.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### (iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Alterações em função da edição do CPC 06 (R2);</li><li>• Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto;</li><li>• Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano;</li><li>• Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;</li><li>• Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017;</li><li>• Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS.</li></ul>	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> ) e ICP 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i> )	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e joint ventures.	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu às reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente publicadas em 19 de fevereiro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício.

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de erros, os ajustes efetuados foram classificados na seguinte categoria:

- Mudança nas políticas contábeis

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**3.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017**

	<u>Ref.</u>	<u>(Apresentado)</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>(Reclassificado)</u>
Receita Líquida	(a)	1.166.596	(1.362)	1.165.234
Custo dos Serviços	(a)	(885.706)	1.362	(884.344)
Despesas gerais e administrativas		(5.652)	-	(5.652)
Resultado de participações societárias		25.583	-	25.583
Receitas Financeiras		79.603	-	79.603
Despesas Financeiras		(253.587)	-	(253.587)
Impostos		(32.952)	-	(32.952)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>93.885</b>	<b>-</b>	<b>93.885</b>

- (a) Reclassificação da Taxa de fiscalização do serviço energia elétrica (TFSEE) do custo do serviço para deduções da receita no montante de R\$ 1.362. Esse ajuste é classificado como mudança de política contábil.

**3.2 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017**

<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u>
		<u>(Apresentado)</u>		<u>(Reclassificado)</u>
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	126.837	(126.837)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	93.885	93.885
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)	186.948	32.952	219.900
Redução (aumento) dos ativos operacionais		(297.412)	-	(297.412)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		(150.459)	-	(150.459)
Caixa oriundo das atividades operacionais		(134.086)	-	(134.086)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(15.185)	-	(15.185)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		175.655	-	175.655
<b>Aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>26.384</b>	<b>-</b>	<b>26.384</b>

- (a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impactos nos grupos de Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e Aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

**3.3 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017**

<u>Demonstração do valor adicionado</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u>
		<u>(Apresentado)</u>		<u>(Reclassificado)</u>
Receitas		1.496.870	-	1.496.870
Insumos adquiridos de terceiros	(a)	(836.276)	6	(836.270)
Depreciação e amortização		(76.702)	-	(76.702)
Valor adicionado recebido em transferência	(a)	136.335	1.242	137.577
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>720.227</b>	<b>1.248</b>	<b>721.475</b>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		2.189	-	2.189
Impostos, taxas e contribuições	(a)	365.310	1.248	366.557
Remuneração de capitais de terceiros		258.843	-	258.844
Remuneração de capitais próprios		93.885	-	93.885
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>720.227</b>	<b>-</b>	<b>721.475</b>

- (a) Reclassificação dos créditos de PIS/COFINS sobre compra de energia elétrica e receita financeira, para o grupo de impostos, taxas e contribuições afim de melhor classificação contábil. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e depósitos bancários à vista	78	243
Fundos de investimento exclusivos	<u>247.270</u>	<u>282.328</u>
	<b><u>247.348</u></b>	<b><u>282.571</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

<u>Fundos de investimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Carteira</b>		
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>		
BB Top Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	16.512	43.246
Títulos públicos	715	1.338
Compromissadas com lastro de títulos públicos	16	30
Outros	-	(1)
	<u>17.243</u>	<u>44.613</u>
<b>Bradesco FI RF Referenciado DI Recife</b>		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	25.985	6.391
Outros	(2)	-
	<u>25.983</u>	<u>6.391</u>
<b>Itaú Salvador Renda Fixa FICFI</b>		
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	28.776	211.253
Compromissadas com lastro de títulos públicos	71.039	-
Outros	-	(3)
	<u>99.815</u>	<u>211.250</u>
<b>Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI</b>		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	-	20.075
Outros	-	(1)
	<u>-</u>	<u>20.074</u>
<b>BB Amplo FIC FI Renda Fixa</b>		
BB Atacado Misto FI PF		
Compromissadas com lastro de títulos públicos	104.267	-
Outros	(38)	-
	<u>104.229</u>	<u>-</u>
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<b><u>247.270</u></b>	<b><u>282.328</u></b>

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Ref.	2018	2017
Títulos a receber			
Partes relacionadas (nota 20)	(a)	146.015	185.720
Comercialização de energia na CCEE	(b)	3.956	116.715
<b>Total</b>		<b>149.971</b>	<b>302.435</b>

##### (a) Títulos a receber

Referem-se substancialmente aos contratos de fornecimento de energia no montante de 390 MW médios com a CELPE e 65 MW médios com a COELBA, com vigência até 2023.

	Saldos vincendos	Vencidos	Total	
		Até 90 dias	2018	2017
Setor privado	88.883	57.132	146.015	185.720
<b>Total</b>	<b>88.883</b>	<b>57.132</b>	<b>146.015</b>	<b>185.720</b>

- (b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, com base nas informações disponibilizadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

#### 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	2018	2017
Imposto de renda - IR	(a)	25.023	31.750
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	3.254	2.012
Programa de integração social - PIS	(b)	1.202	1.223
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	5.497	5.497
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		7	106
Outros		3	2
		<b>34.986</b>	<b>40.590</b>
Circulante		33.638	40.490
Não circulante		1.348	100

- (a) Corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do IR e base de cálculo negativa da CSLL.
- (b) PIS e COFINS a compensar sobre a importação do Rotor da turbina a gás (TG1), decorrente do regime de tributação não-cumulativo.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS**

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	85.372	100.120
Diferido Ativo	104.040	118.064
Diferido Passivo	(18.668)	(17.944)
Benefício fiscal da mais valia e reversão da PMIPL (*)	3.483	4.415
<b>Total</b>	<b><u>88.855</u></b>	<b><u>104.535</u></b>

(\*) O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL).

**(I) Imposto de renda e contribuição social diferido**

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	<u>Ativo</u>				<u>Passivo</u>			
	<u>2018</u>		<u>2017</u>		<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Tributo diferido</u>						
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	298.564	74.641	341.291	85.323	-	-	-	-
Diferenças temporárias	7.338	1.835	5.813	1.453	(54.904)	(13.726)	(52.776)	(13.194)
	<u>305.902</u>	<u>76.476</u>	<u>347.104</u>	<u>86.776</u>	<u>(54.904)</u>	<u>(13.726)</u>	<u>(52.776)</u>	<u>(13.194)</u>
Contribuição Social								
Prejuízos fiscais	298.926	26.903	341.825	30.764	-	-	-	-
Diferenças temporárias	7.338	661	5.813	524	(54.904)	(4.942)	(52.776)	(4.750)
	<u>306.264</u>	<u>27.564</u>	<u>347.638</u>	<u>31.288</u>	<u>(54.904)</u>	<u>(4.942)</u>	<u>(52.776)</u>	<u>(4.750)</u>
<b>Total</b>		<b><u>104.040</u></b>		<b><u>118.064</u></b>		<b><u>(18.668)</u></b>		<b><u>(17.944)</u></b>

As bases de cálculo dos prejuízos fiscais e das diferenças temporárias são compostas como segue:

<u>Ativo</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Provisão para contingências	386	386	386	386
Provisão PLR	276	276	183	183
Prejuízo fiscal	298.564	298.926	334.888	334.888
Marcação a mercado	(20.481)	(20.481)	(20.481)	(20.481)
Outros	27.157	27.157	32.128	32.662
Total ativo	<u>305.902</u>	<u>306.264</u>	<u>347.104</u>	<u>347.638</u>
<b>Passivo (-)</b>				
Ajuste da quota anual de amortização	(54.904)	(54.904)	(52.776)	(52.776)
Total do passivo	<u>(54.904)</u>	<u>(54.904)</u>	<u>(52.776)</u>	<u>(52.776)</u>
Total líquido	<u>250.998</u>	<u>251.360</u>	<u>294.328</u>	<u>294.862</u>

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	96.760	96.760	126.837	126.837
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>96.760</b>	<b>96.760</b>	<b>126.837</b>	<b>126.837</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação</b>	<b>24.190</b>	<b>8.708</b>	<b>31.709</b>	<b>11.415</b>
<b>Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo</b>	<b>(2.586)</b>	<b>3.808</b>	<b>(10.095)</b>	<b>(77)</b>
Diferenças permanentes	11.449	3.803	(217)	(77)
Incentivos fiscais e outros	(14.035)	5	(9.878)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>21.604</b>	<b>12.516</b>	<b>21.614</b>	<b>11.338</b>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(7.264)	(2.615)	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>14.340</b>	<b>9.901</b>	<b>21.614</b>	<b>11.338</b>
Corrente	2.811	5.750	8.394	6.579
Recolhidos e Pagos	1.221	8.009	4.306	5.190
A pagar	-	-	-	1.396
Compensados e deduzidos	2.020	3	5.102	-
Impostos antecipados a recuperar	(430)	(2.262)	(1.014)	(7)
Diferido	11.529	4.151	13.220	4.759
	<b>14.340</b>	<b>9.901</b>	<b>21.614</b>	<b>11.338</b>
Alíquota efetiva	14,82%	10,23%	17,04%	8,94%

Segue abaixo quadro de conciliação para o resultado:

	2018	2017
Corrente	(8.561)	(14.973)
Diferido	(14.747)	(16.970)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(933)	(1.009)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(24.241)</b>	<b>(32.952)</b>

**8. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS**

A Companhia possui participação acionária de 58% na investida Itapebi Geração de Energia S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	Investimento	Mais Valia	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>206.531</b>	<b>564.039</b>	<b>770.570</b>
Equivalência patrimonial	56.732	-	56.732
Amortização da mais valia	-	(31.149)	(31.149)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(107.177)	-	(107.177)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>156.086</b>	<b>532.890</b>	<b>688.976</b>
Equivalência patrimonial	27.028	-	27.028
Amortização da mais valia	-	(31.149)	(31.149)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(13.656)	-	(13.656)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>169.458</b>	<b>501.741</b>	<b>671.199</b>

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A Itapebi é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi e iniciou suas operações em 2003.

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício da investida em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	133.067	7.707
Contas a receber de clientes	38.676	113.691
Contas a receber de operações de mútuo	111.670	159.697
Outros ativos circulantes	13.604	6.401
<b>Total do Ativo circulante</b>	<b><u>297.017</u></b>	<b><u>287.496</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Contas a receber de operações de mútuo	-	141.899
Imobilizado	409.880	420.358
Outros ativos não circulantes	100.242	74.084
<b>Total do Ativo não circulante</b>	<b><u>510.122</u></b>	<b><u>636.341</u></b>
<b>Ativo total</b>	<b><u>807.139</u></b>	<b><u>923.837</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	9.578	63.107
Empréstimos e financiamentos	1.548	87.892
Debêntures	74	157.952
Instrumentos financeiros derivativos	645	14.069
Dividendos e juros sobre capital próprio	126.130	105.436
Outros passivos circulantes	15.235	11.674
<b>Total do Passivo circulante</b>	<b><u>153.210</u></b>	<b><u>440.130</u></b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	187.992	161.066
Debêntures	99.639	-
Outros passivos não circulantes	55.934	35.332
<b>Total do Passivo não circulante</b>	<b><u>343.565</u></b>	<b><u>196.398</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	202.525	202.525
Reservas de capital	55.174	55.174
Reservas de lucros	52.665	29.610
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>310.364</u></b>	<b><u>287.309</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido total</b>	<b><u>807.139</u></b>	<b><u>923.837</u></b>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reclassificado)
<b>Demonstração do resultado</b>		
Receita operacional líquida	320.772	383.232
Custo de bens e serviços vendidos	(190.237)	(205.758)
<b>Resultado bruto</b>	<b>130.535</b>	<b>177.474</b>
Receitas (despesas) operacionais	(49.769)	(23.667)
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>80.766</b>	<b>153.807</b>
Receitas (despesas) financeiras	(19.532)	(15.459)
Lucro antes dos impostos	61.234	138.348
Imposto de renda e contribuição social	(14.633)	(40.533)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b><u>46.601</u></b>	<b><u>97.815</u></b>

O investimento da Itapebi é apurado pelo método de equivalência patrimonial, tendo em vista que a Neoenergia é a acionista que detém o controle da Itapebi. Dessa forma, a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**9. IMOBILIZADO**

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2018			2017	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,31%	178.428	(94.018)	84.410	90.099
Máquinas e equipamentos	5,68%	991.415	(445.260)	546.155	586.039
Móveis e utensílios	7,23%	636	(624)	12	35
		<b>1.170.479</b>	<b>(539.902)</b>	<b>630.577</b>	<b>676.173</b>
<b>Em curso</b>					
Edificações, obras civis e benfeitorias		15.718	-	15.718	15.348
Máquinas e equipamentos		198.189	-	198.189	139.060
Móveis e utensílios		38	-	38	38
Material em depósito		21.290	-	21.290	21.290
Adiantamento a fornecedores e outros		4.426	-	4.426	12.539
		<b>239.661</b>	<b>-</b>	<b>239.661</b>	<b>188.275</b>
<b>Total</b>		<b>1.410.140</b>	<b>(539.902)</b>	<b>870.238</b>	<b>864.448</b>

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa nº 674 da ANEEL.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	1.170.534	(448.885)	721.649	129.743	851.392
Adições	-	-	-	58.632	58.632
Baixas	(55)	32	(23)	-	(23)
Depreciação	-	(45.553)	(45.553)	-	(45.553)
Transferências	100	-	100	(100)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.170.579</b>	<b>(494.406)</b>	<b>676.173</b>	<b>188.275</b>	<b>864.448</b>
Adições	-	-	-	51.386	51.386
Baixas	(100)	4	(96)	-	(96)
Depreciação	-	(45.500)	(45.500)	-	(45.500)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.170.479</b>	<b>(539.902)</b>	<b>630.577</b>	<b>239.661</b>	<b>870.238</b>

**10.FORNECEDORES**

	2018	2017
Energia Elétrica	46.117	34.593
Terceiros	46.117	29
Partes relacionadas (nota 20)	-	34.564
Encargos de uso da rede	3.332	3.408
Terceiros	3.324	3.400
Partes relacionadas (nota 20)	8	8
Materiais e serviços	23.948	92.011
Terceiros	20.227	67.116
Partes relacionadas (nota 20)	3.721	24.895
<b>Total</b>	<b>73.397</b>	<b>130.012</b>

**TERMOPERNAMBUCO S.A.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
<b><u>Empréstimos e Financiamentos</u></b>				
<b>Moeda nacional</b>				
Banco do Brasil	-	-	-	376.342
Santander	43.570	-	43.570	43.916
(-) Custos de transação	-	-	-	(1.687)
<b>Total Moeda Nacional</b>	<b>43.570</b>	<b>-</b>	<b>43.570</b>	<b>418.571</b>
Circulante	43.570	-	43.570	225.106
Não Circulante	-	-	-	193.465
<b>Moeda estrangeira</b>				
Banco Tokio	222.974	5.664	228.638	-
Non-deliverable Forwards – NDF	-	(15.596)	(15.596)	1.401
<b>Total Moeda Estrangeira</b>	<b>222.974</b>	<b>(9.932)</b>	<b>213.042</b>	<b>1.401</b>
Circulante	2.110	(14.554)	(12.444)	1.401
Não Circulante	220.864	4.622	225.486	-
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>266.544</b>	<b>(9.932)</b>	<b>256.612</b>	<b>419.972</b>
Circulante	45.680	(14.554)	31.126	226.507
Não Circulante	220.864	4.622	225.486	193.465
<b><u>Debêntures</u></b>				
<b>2018</b>				
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Termope	1.086.842	(53.136)	1.033.706	1.080.207
(-) Custos de transação	(10.076)	-	(10.076)	(11.111)
<b>Total Debêntures</b>	<b>1.076.766</b>	<b>(53.136)</b>	<b>1.023.630</b>	<b>1.069.096</b>
Circulante	192.443	(114)	192.329	183.083
Não Circulante	884.323	(53.022)	831.301	886.013
<b>Endividamento Total</b>	<b>1.343.310</b>	<b>(63.068)</b>	<b>1.280.242</b>	<b>1.489.068</b>
Endividamento Total - Circulante	238.123	(14.668)	223.455	409.590
Endividamento Total - Não Circulante	1.105.187	(48.400)	1.056.787	1.079.478

**TERMOPERNAMBUCO S.A.**
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Em milhares de reais)

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão evidenciadas abaixo:

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 31/12/2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	373.670	129
Bradesco	Dólar	NDFs	-	2020 a 2021	Aval da Neoenergia	-	9.111
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	-	2.637
Morgan Stanley	Dólar	NDFs	-	2019 a 2020	Aval da Neoenergia	-	254
MUFG	Dólar	Capital de Giro	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2022	Aval da Neoenergia	224.181	228.639
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	555.500	183.734
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	120.000	106.914
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	200.000	29.967
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	400.000	399.966
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	300.000	303.049
Santander	Real	Capital de Giro / NDFs / Opções	127,50% do CDI	2019	Aval da Neoenergia	41.823	43.441
Santander	Real	Capital de Giro / NDFs / Opções	127,50% do CDI	2019	Aval da Neoenergia	-	3.595
						<b>2.215.174</b>	<b>1.280.242</b>

**11.1 Empréstimos e financiamentos**

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>130.001</b>	<b>284.076</b>	<b>155.125</b>	-	<b>569.202</b>
Encargos	68.823	-	1.584	-	70.407
Varição monetária e cambial	-	-	413	-	413
Derivativos	-	-	8.211	637	8.848
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	222	-	222
Transferências	132.434	(90.611)	(41.186)	(637)	-
Amortizações de principal	(53.979)	-	(122.968)	-	(176.947)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias, cambiais e swap liquidadas	(54.005)	-	-	-	(54.005)
(-) Custos de transação	1.832	-	-	-	1.832
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>225.106</b>	<b>193.465</b>	<b>1.401</b>	-	<b>419.972</b>
Ingressos	-	-	-	224.181	224.181
Encargos	28.380	-	2.086	-	30.466
Varição monetária e cambial	-	-	-	(3.317)	(3.317)
Derivativos	-	-	(61.079)	3.317	(57.761)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	1.305	1.305
Transferências	193.465	(193.465)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(288.117)	-	45.148	-	(242.969)
Pagamentos de juros e outras variações monetárias, cambiais e swap liquidadas	(116.951)	-	-	-	(116.951)
(-) Custos de transação	1.687	-	-	-	1.687
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>43.570</b>	-	<b>(12.444)</b>	<b>225.486</b>	<b>256.612</b>

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A seguir apresentamos a captação do exercício:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
<b>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</b>			
Dólar			
4131	Out/2022	PRÉ	224.181
Taxa média e total		<b>7,18%</b>	<b>224.181</b>

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorrem em *spreads* estabelecidos contratualmente, conforme negociações realizadas com os financiadores.

Os vencimentos das parcelas à longo prazo são os seguintes:

	2018
	<b>Dívida</b>
2021	74.727
2022	149.454
Total obrigações	<b>224.181</b>

### Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5.

### 11.2 Debêntures

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>235.751</b>	<b>483.221</b>	<b>718.972</b>
Ingressos	-	600.000	600.000
Encargos	98.955	-	98.955
Varição monetária e cambial	135	4.309	4.444
Derivativos	1.947	(4.164)	(2.217)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(6.971)	(6.971)
Transferências	190.151	(190.151)	-
Amortizações	(247.168)	(230)	(247.398)
Pagamento de juros	(105.232)	-	(105.232)
(-) Custos de transação	8.543	-	8.543
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>183.082</b>	<b>886.014</b>	<b>1.069.096</b>
Ingressos	-	300.000	300.000
Encargos	91.398	-	91.398
Varição monetária e cambial	176	6.330	6.506
Derivativos	(3.166)	(5.946)	(9.112)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	1.717	1.717
Transferências	181.623	(181.623)	-
Amortizações	(185.148)	(5.043)	(190.191)
Pagamento de juros	(81.322)	-	(81.322)
Recompra de debêntures (i)	-	(170.147)	(170.147)
(-) Custos de transação	5.685	-	5.685
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>192.328</b>	<b>831.302</b>	<b>1.023.630</b>

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

(i) Em 26 de novembro de 2018, a Termope recomprou 17.000 debêntures referente à 6ª emissão da própria Companhia no valor total de R\$175.205. O valor de recompra considera o principal e juros apurados até a data da operação. As debêntures permanecerão em poder da Companhia até que sejam recolocadas no mercado ou canceladas.

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

A seguir apresentamos a captação do exercício:

<u>Empresa</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos Financeiros Anuais - %</u>	<u>Valor Captado</u>
7 Emissão Debêntures TERP17	Ago/2023	117,40% CDI	300.000

Os vencimentos das parcelas à longo prazo consolidados são os seguintes:

	2018		
	<u>Debêntures</u>	<u>Custos de Transação</u>	<u>Total Líquido</u>
2020	60.526	-	60.526
2021	165.380	(2.941)	162.439
2022	475.000	(2.402)	472.598
2023	75.000	(1.225)	73.775
2024	75.000	(457)	74.543
<b>Total</b>	<b>850.906</b>	<b>(7.025)</b>	<b>843.881</b>
Marcação a mercado			(12.580)
<b>Total</b>			<b>831.301</b>

### Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras da emissão de debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

## 12 ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	342	910
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.744	19.008
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	53	52
Ministério de Minas e Energia – MME	171	455
<b>Total</b>	<b>17.310</b>	<b>20.425</b>
Circulante	4.200	5.284
Não circulante	13.110	15.141

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

### 13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	-	1.396
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	9.276	20.945
Programa de Integração Social – PIS	772	1.042
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.578	4.775
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	48	47
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	125	59
Imposto sobre Serviços – ISS	1.353	616
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.454	144
<b>Total</b>	<b><u>18.606</u></b>	<b><u>29.024</u></b>

### 14 PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	<b>470</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>470</b>
Constituição	-	20	1.508	1.528
Baixas/reversão	(103)	-	-	(103)
Atualização	(23)	29	989	995
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b><u>344</u></b>	<b><u>49</u></b>	<b><u>2.497</u></b>	<b><u>2.890</u></b>
Atualização	27	6	95	128
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>371</u></b>	<b><u>55</u></b>	<b><u>2.592</u></b>	<b><u>3.018</u></b>

#### Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 870 (R\$ 894 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas, acrescido de juros de 1% a.m..

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Cíveis

Referem-se às ações de natureza cível, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 8.289 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 120.841 em 31 de dezembro de 2017). Desse montante, R\$ 7.363 referente à ação anulatória movida pela Copergás contra a Termopernambuco, com o objetivo de desconstituir os efeitos da sentença arbitral do procedimento nº 2010.00865, no valor de R\$ 6.459.

No exercício de 2018 houve decisão favorável à Companhia quanto ao processo de arbitragem de nº 2013.00890 no montante de R\$ 113.470, passando a causa de expectativa de perda possível para remota.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.

#### Fiscais

A Companhia possui um total estimado em R\$ 166.600 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 152.565 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos: (i) autos de infração decorrentes da dedução supostamente indevida de despesas de amortização de ágio no montante de R\$ 83.284, (ii) suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 40.405 e (iii) outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no montante de R\$ 42.911.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

#### Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia realiza depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	<u>211</u>	<u>171</u>

#### Resolução CNPE nº 03/2013

As associações do setor elétrico (APINE, ABRADÉE, ABRAGET e ABEEOLICA), ajuizaram ações judiciais visando à suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, uma nova forma de rateio dos custos de despacho térmico adicional. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema - ESS. Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares que impediram o rateio dos custos. Em dezembro de 2014 houve sentença favorável, ratificando a liminar obtida, declarando, desta forma, a inexigibilidade do ESS.

As empresas do Grupo Neoenergia não são autoras das ações, apenas são representadas pelas associações. O valor da contingência estimada pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.217 (R\$ 1.427 em 31 de dezembro de 2017), classificado pelos assessores jurídicos com expectativa de perda possível.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

## 15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 539.570, representando ações ordinárias cuja composição é apresentada a seguir:

Acionistas	Lote de mil ações		
	Ações ordinárias		
	Única	%	R\$
Neoenergia S.A.	539.570	100,00%	539.570

### Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
Lucro do exercício	72.519	93.885
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	539.570	539.570
<b>Lucro do exercício / Total de ações</b>	<b>0,13</b>	<b>0,17</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

### Reservas de lucros

#### Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

Em 23 de setembro de 2015 a SUDENE reconheceu o direito ao benefício à redução de 75% do IRPJ com base no lucro da exploração por um período de 10 (dez) anos até 2024.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 14.411 de incentivo fiscal SUDENE.

### Outros resultados abrangentes

Valor referente aos ganhos (perdas) não realizados decorrentes da marcação a mercado das NDF's (*Non-deliverable Forwards*) contratadas em 2018 com objetivo de cobertura da exposição à variação cambial frente ao plano de investimentos e compra de gás pela Companhia. Os contratos foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital e dividendos:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação
			(R\$) ON
<b>2018</b>			
Ata de Reunião do Conselho de Administração de 19/12/2018	Juros sobre capital próprio	18.000	0,0429010327
Ata da Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2018	Dividendo Mínimo Obrigatório	4.747	0,0113143296
Ata da Assembleia Geral Ordinária de 11/04/2018	Dividendos Adicionais	14.241	0,0339429887
		<u>36.988</u>	
<b>2017</b>			
RCA de 30 de junho de 2017	Juros sobre capital próprio	4.747	0,0113143296
		<u>4.747</u>	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

	2018	2017
<b><u>Dividendos mínimos</u></b>		
Lucro líquido do exercício	72.519	93.885
(-) Reserva legal do exercício	(3.626)	(4.694)
(-) Incentivo fiscal SUDENE	(14.411)	(9.854)
(-) Recomposição de reserva de capital de incentivo fiscal	-	(60.348)
(-) Juros sobre capital próprio	(18.000)	-
(-) Dividendo adicional proposto	(36.482)	-
Base de cálculo do dividendo	-	18.989
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u></b>	<u>-</u>	<u>4.747</u>
Dividendo adicional proposto	-	14.241
<b>Total Bruto</b>	<u>-</u>	<u>18.989</u>

#### **Dividendos e juros sobre capital próprio**

	2018	2017
<b>Saldos iniciais</b>	<u>4.747</u>	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	29.542	4.747
Pagos no exercício	(18.989)	-
<b>Saldos finais</b>	<u>15.300</u>	<u>4.747</u>

## 16 RECEITA LÍQUIDA

O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 na receita da Companhia de contratos com clientes está descrito na Nota 2.6. A adoção da norma não gerou impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que esses benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia na CCEE de acordo com informações divulgadas por

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

aquela entidade ou por estimativa da Administração, ambas reconhecidas pelo regime de competência.

A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE:

- Prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE;
- Prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%;
- Contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época;
- Valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE;
- Prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema).

A composição da receita líquida da Companhia é conforme quadro abaixo:

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
<b>Principais receitas</b>			
Fornecimento de energia elétrica		1.182.751	1.180.468
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE		171.703	315.585
Outras receitas		834	817
<b>Total da Receita Operacional Bruta reconhecida ao longo do tempo</b>		<b><u>1.355.288</u></b>	<b><u>1.496.870</u></b>
(-) Deduções da receita líquida	(i)	(325.235)	(331.636)
<b>Total da Receita Operacional Líquida reconhecida ao longo do tempo</b>		<b><u>1.030.053</u></b>	<b><u>1.165.234</u></b>

As receitas estão classificadas no segmento liberalizado, de acordo com os critérios estabelecidos pela Administração da Companhia; e foram geradas, geograficamente, na região Nordeste.

(i) Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
<b>Impostos e contribuições</b>		
ICMS	(262.975)	(262.476)
PIS	(9.000)	(9.929)
COFINS	(41.586)	(45.824)
ISS	(9)	(17)
<b>Encargos Setoriais</b>		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(10.301)	(12.028)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica -TFSEE	(1.364)	(1.362)
<b>Total</b>	<b><u>(325.235)</u></b>	<b><u>(331.636)</u></b>

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**17 CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>		
Energia adquirida no ambiente livre - ACL	(146.389)	(289.790)
Energia curto prazo – PLD	(46.717)	(2.899)
Créditos de PIS e COFINS	-	(6)
Taxa CCEE	(419)	(453)
<b>Total</b>	<b><u>(193.525)</u></b>	<b><u>(293.148)</u></b>
<b><u>Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição</u></b>		
Encargos de rede básica	(36.739)	(35.926)
<b>Total</b>	<b><u>(36.739)</u></b>	<b><u>(35.926)</u></b>
<b>Total de Custos com Energia Elétrica</b>	<b><u>(230.264)</u></b>	<b><u>(329.074)</u></b>

**18 CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONIAS**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

<u>Custos/Despesas</u>	<u>2018</u>			<u>2017</u>
	<u>Custos dos serviços</u>	<u>Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u> (Reclassificado)
Pessoal	(225)	(12.076)	(12.301)	(1.807)
Administradores	-	(29)	(29)	(663)
Material	(9.699)	(3)	(9.702)	(2.738)
Combustível para produção de energia	(362.202)	-	(362.202)	(420.751)
Serviços de terceiros	(100.173)	(2.832)	(103.005)	(111.929)
Depreciação e amortização	(45.414)	(86)	(45.500)	(45.553)
Arrendamentos e aluguéis	(8.347)	(21)	(8.368)	(5.257)
Tributos	(37)	(52)	(89)	(363)
Provisões líquidas - contingências	-	-	-	(1.425)
Perda na baixa de ativos, imobilizado, intangíveis e financeiros indenizáveis	-	(466)	(466)	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(15.633)	(202)	(16.301)	29.564
<b>Total custos/despesas</b>	<b><u>(541.730)</u></b>	<b><u>(15.767)</u></b>	<b><u>(557.497)</u></b>	<b><u>(560.922)</u></b>

**TERMOPERNAMBUCO S.A.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

**19 RECEITA E DESPESA FINANCEIRA**

<b>Receitas Financeiras</b>	<b>Ref.</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Renda de aplicações financeiras		25.837	26.159
Variações monetárias e cambiais – Dívida <b>(a)</b>		29.547	38.960
Variações monetárias e cambiais - Outras receitas <b>(b)</b>		1.115	1.703
Instrumentos financeiros derivativos		22.793	13.732
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira		(1.298)	(1.242)
Outras receitas financeiras		2.067	291
<b>Total</b>		<b>80.061</b>	<b>79.603</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargos de dívidas		(128.850)	(179.939)
Variações monetárias e cambiais – Dívida <b>(a)</b>		(34.049)	(37.182)
Variações monetárias e cambiais - Outras despesas <b>(b)</b>		(1.527)	(887)
Instrumentos financeiros derivativos		(32.671)	(18.691)
IOF		(773)	(2.269)
Encargos P&D/PEE		(1.107)	(1.534)
Atualização provisão para contingências		(128)	(995)
Outras despesas financeiras	(i)	(22.367)	(12.090)
<b>Total</b>		<b>(221.472)</b>	<b>(253.587)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>(141.411)</b>	<b>(173.984)</b>
<b>Resumo das variações monetárias e cambiais</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures <b>(a)</b>		(4.502)	1.778
Outros <b>(b)</b>		(412)	816
<b>Total líquido</b>		<b>(4.914)</b>	<b>2.594</b>

- (i) Refere-se à amortização da cobrança de *fee* pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**20 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		<b>Ativo / Passivo</b>		<b>Receita / (Despesa)</b>	
		<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Receita/ (Custo) de Energia Elétrica</b>					
COELBA	(a.1)	16.200	20.694	131.483	131.025
CELPE	(a.2)	129.815	165.026	1.052.084	1.050.237
NC ENERGIA S.A.		-	(34.564)	(109.155)	(290.477)
		<b>146.015</b>	<b>151.156</b>	<b>1.074.412</b>	<b>890.785</b>
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</b>					
CELPE	(b)	-	-	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.		(4)	(3)	(41)	(52)
SE NARANDIBA S.A.		-	(1)	(5)	(7)
POTIGUAR SUL TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.		(4)	(3)	(41)	(55)
		<b>(8)</b>	<b>(7)</b>	<b>(87)</b>	<b>(114)</b>
<b>Serviços Administrativos</b>					
ELEKTRO O&M	(e)	-	(448)	(7.246)	(11.507)
IBERDROLA GENERACION	(d)	(3.721)	(24.447)	(54.520)	(43.526)
		<b>(3.721)</b>	<b>(24.895)</b>	<b>(61.766)</b>	<b>(55.033)</b>
<b>Dividendos e JSCP</b>					
NEOENERGIA	(c)	(15.300)	(4.747)	-	-
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(c)	117.439	105.436	-	-
		<b>102.139</b>	<b>100.689</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo</b>					
NEOENERGIA	(f)	9.842	8.466	(18.574)	(8.466)
		<b>9.842</b>	<b>8.466</b>	<b>(18.574)</b>	<b>(8.466)</b>
<b>Total</b>		<b>254.267</b>	<b>235.409</b>	<b>993.985</b>	<b>827.172</b>

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL, com vigência entre 2016 e 2027. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL, com vigência até 2024. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.

b) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

c) Valor referente a dividendos a receber da investida e a pagar para a controladora.

d) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda estrangeira) - "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.

e) Acordo de Serviços de Operação e Manutenção (em moeda nacional) - "O&M" com vigência até dezembro de 2023, com reajuste anual com base na variação do IGP-M.

f) Cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### 20.1 Remuneração da administração

Observado o regime de caixa, a AGO realizada em 11 de abril de 2018, teve como proposta o montante de até R\$ 103 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. Até dezembro, o montante pago foi de R\$ 77 (R\$ 799 em 31 de dezembro de 2017), incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	2018	2017
Remuneração recorrente	77	459
Benefício de curto prazo	-	251
Benefício de longo prazo	-	89
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>799</b>

Adicionalmente a Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

## 21 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como único propósito a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

### b) Gestão de risco de mercado

#### Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial e parte dos desembolsos atrelados ao dólar americano.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'

#### Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer perdas, devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Desta forma, a Companhia, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxa de juros são descritas no item e) *Informações complementares sobre os instrumentos derivativos*.

#### c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 247.270 em fundos exclusivos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas *forwards* de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 6 meses	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>								
Empréstimos e financiamentos	266.544	341.517	-	57.436	11.446	94.306	178.329	-
Debêntures	1.076.766	1.606.085	-	278.624	182.656	492.793	543.411	108.601
Fornecedores	73.397	73.397	73.397	-	-	-	-	-
<b>Passivos financeiros derivativos</b>								
Swap cambial e de taxa de juros	(42.472)	(62.807)	-	1.806	(20.926)	(26.743)	(16.944)	-
Non-deliverable Forwards (NDF)	(15.596)	(15.596)	-	(15.596)	-	-	-	-

#### d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

##### Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional<sup>1</sup></u>	<u>Moody's</u>	<u>S&amp;P</u>	<u>Fitch</u>
Banco do Brasil	Aa1		AA
BNP Paribas		AAA	
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank		AAA	AAA
Goldman Sachs			AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	
Morgan Stanley		AAA	
MUFG		AAA	
Votorantim	Aa3	AAA	

<sup>(1)</sup> Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros consolidados pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		
Contas a receber de clientes	149.971	302.435
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	247.348	282.571

#### **e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos**

Em 31 de dezembro de 2018 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de

**TERMOPERNAMBUCCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

**(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados pelo IPCA**

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
<b>Swap US\$ pós vs R\$ pós</b>						
Ativo	57.623	-	2022	228.676	-	-
Passivo	227.636	-		(234.340)	-	-
<b>Líquido</b>				<b>(5.664)</b>	<b>-</b>	<b>(5.664)</b>
<b>Swap IPCA vs CDI</b>						
Ativo	161.947	155.984	2021	175.931	170.228	-
Passivo	121.390	121.412		(122.785)	(121.412)	-
Risco de crédito		-		(10)	53	-
<b>Líquido</b>				<b>53.136</b>	<b>48.869</b>	<b>4.267</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

**(ii) Programa de *hedge* das *Non-deliverable Forward* - NDF**

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
<b>NDF</b>						
Termo USD	41.069	189.292	2019	15.596	(1.401)	-
<b>Líquido</b>				<b>15.596</b>	<b>(1.401)</b>	<b>16.997</b>

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo

**Tratamento contábil dos instrumentos derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.
- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

#### f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar	Alta do	3,8748	(222.974)	-	(55.744)	(111.488)
Swap Ponta Ativa em Dólar	(\$)	Dólar		228.676	-	57.169	114.337
<b>Exposição Líquida</b>				<b>5.702</b>	<b>-</b>	<b>1.425</b>	<b>2.849</b>
NDF	Dólar	Queda do	3,8748	15.596	-	(38.200)	(76.400)
Item protegido: parte de desembolsos em USD	(\$)	Dólar					
<b>Exposição Líquida</b>				<b>15.596</b>	<b>-</b>	<b>(38.200)</b>	<b>(76.400)</b>

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo / Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	247.270	15.825	(3.956)	(7.913)
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,4%	(1.138.536)	(86.998)	(21.749)	(43.499)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,4%	(357.125)	(25.320)	(6.330)	(12.660)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	(161.893)	(16.623)	(1.262)	(2.524)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,9%	161.947	16.629	1.262	2.525

## 22 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

**Nível 2** – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

**TERMOPERNAMBUCO S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>					
Contas a receber de clientes	2	149.971	149.971	302.435	302.435
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	1	247.348	247.348	282.571	282.571
Swap de taxa de juros	2	53.136	53.136	48.880	48.880
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>					
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF)	2	15.596	15.596	11	11
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	73.397	73.397	130.012	130.012
Empréstimos e financiamentos	2	43.570	43.570	418.571	465.563
Debêntures	2	916.716	916.716	1.117.965	1.117.782
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>					
Empréstimos e financiamentos	2	222.974	222.974	-	-
Debêntures	2	160.050	160.050	-	-
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente</b>					
<i>Non-deliverable forwards</i> (NDF)	2	-	-	(1.412)	(1.412)
Swap de taxa de juros e cambial	2	5.664	5.664	-	-

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o período findo em 31 de dezembro de 2018.

**Métodos e técnicas de avaliação**

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

**i) Empréstimos e financiamentos**

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

## TERMOPERNAMBUCO S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### ii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM do Grupo Neoenergia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

## 23 SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Riscos Operacionais	30/11/18 a 31/05/19	1.752.970	5.457
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/11/18 a 31/05/20	100.000	35
Veículos	31/05/18 a 31/05/19	100% FIPE	1

Os seguros do Grupo são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

---

---

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nicanor Alves Nogueira Bernardes Fragoas  
**Presidente**

**Titulares**

Pablo Pirles Milla  
Hugo Renato Anacleto Nunes

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Mario José Ruiz-Tagle Larrain  
**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

José Eduardo Pinheiro Santos Tanure  
**Diretor de Regulação**

Eduardo Capelastegui Saiz  
**Diretor de Planejamento e Controle**

**CONTADORA**

Vivian Paim Lopes  
CRC-RJ-Nº 104355/O-8